



CÂMARA MUNICIPAL DE
ANGELIM-PE
PALÁCIO FRANCISCO BEZERRA DOS SANTOS
PODER LEGISLATIVO



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2025

ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

GESTÃO



ALEXANDRO FERREIRA DA ROCHA

Cargo: **Presidente**

Biênio: **2025-2026**



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	317,71	3.188,20	3.188,20	0,00	0,00	0,00	317,71
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	7.996,14	140.768,24	129.425,62	0,00	0,00	0,00	19.338,76
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	119.899,42	119.896,42	0,00	0,00	0,00	3,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	5.009,69	5.009,69	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	0,00	413,40	413,40	0,00	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	572,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	572,77
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.046,02	319.482,65	319.231,19	0,00	0,00	0,00	13.297,48
OUTROS DEPOSITOS	47.683,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.683,39
Sub-total	69.616,03	588.761,60	577.164,52	0,00	0,00	0,00	81.213,11
TOTAL	69.616,03	588.761,60	577.164,52	0,00	0,00	0,00	81.213,11

*

*

NOTAS EXPLICATIVAS – ANEXO 17

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Exercício: 2025 - Câmara Municipal de Angelim – PE

1. Contextualização e Finalidade do Demonstrativo

O Demonstrativo da Dívida Flutuante, integrante da prestação de contas anual da Câmara Municipal de Angelim, elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 e regulamentado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco pela Resolução TC nº 300/2025, tem por finalidade evidenciar, de forma analítica e transparente, as obrigações financeiras de curto prazo assumidas pela entidade ao longo do exercício financeiro.

A dívida flutuante compreende, essencialmente, compromissos exigíveis no curto prazo, notadamente aqueles decorrentes de depósitos e consignações, os quais representam valores retidos de terceiros, cuja responsabilidade de repasse recai sobre o ente público.

Diferentemente da dívida fundada, a dívida flutuante não representa endividamento estruturado, mas sim obrigações transitórias, de natureza eminentemente financeira e operacional, vinculadas à execução orçamentária e à gestão da folha de pagamento.

2. Base Normativa, Metodológica e Contábil

A elaboração do presente demonstrativo observou rigorosamente os seguintes dispositivos normativos e técnicos:

- Lei Federal nº 4.320/64, especialmente no que tange à classificação das obrigações financeiras e ao controle da dívida pública;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – vigente para o exercício, que disciplina os procedimentos contábeis patrimoniais e o tratamento das obrigações de curto prazo;
- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assegurando a adequada classificação contábil das contas de passivo circulante;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), em especial no que se refere ao reconhecimento, mensuração e evidenciação de passivos;
- Resolução TC nº 300/2025 do TCE-PE, que estabelece a estrutura e conteúdo dos demonstrativos integrantes da prestação de contas anual.

Ressalta-se que os registros contábeis seguem o regime de competência patrimonial, com adequada observância dos princípios da oportunidade, prudência, transparência e evidenciação.

3. Estrutura e Composição da Dívida Flutuante

A dívida flutuante da Câmara Municipal de Angelim, no exercício de 2025, é composta exclusivamente por Depósitos e Consignações, evidenciando a inexistência de outras obrigações de curto prazo relevantes no período.

O comportamento da dívida fluante pode ser assim sintetizado:

- Saldo anterior (início do exercício): R\$ 69.616,03
- Inscuições no exercício: R\$ 588.761,60
- Baixas realizadas (pagamentos): R\$ 577.164,52
- Saldo final (exercício seguinte): R\$ 81.213,11

A movimentação evidencia fluxo contínuo e regular de retenção e repasse de valores, compatível com a dinâmica administrativa da entidade.

4. Análise Qualitativa e Quantitativa das Principais Rubricas

A composição da dívida fluante revela predominância de obrigações vinculadas à folha de pagamento e encargos legais, destacando-se:

4.1 Contribuições Previdenciárias ao RGPS

Correspondem às retenções incidentes sobre a remuneração dos servidores e agentes políticos, destinadas ao Regime Geral de Previdência Social.

Trata-se da rubrica de maior representatividade no demonstrativo, refletindo a regularidade das obrigações previdenciárias e a conformidade com a legislação vigente.

No exercício de 2025, observou-se inscrição no montante de R\$ 140.768,24 e pagamento de R\$ 129.425,62, sendo a diferença apurada decorrente, exclusivamente, da competência do mês de dezembro de 2025, cujo vencimento ocorre no dia 20 do mês subsequente, conforme legislação previdenciária.

Dessa forma, o valor remanescente permaneceu devidamente provisionado e suportado por disponibilidade financeira em conta ao final do exercício, tendo sido regularmente quitado no mês de janeiro de 2026, não configurando atraso, inadimplência ou irregularidade, mas apenas efeito temporal do regime de competência associado ao fluxo financeiro.

4.2 Retenções de Empréstimos e Financiamentos Consignados

Referem-se aos valores descontados diretamente na folha de pagamento dos servidores, destinados a instituições financeiras, em conformidade com autorizações individuais.

Esses valores possuem natureza extraorçamentária e transitória, sendo integralmente repassados aos respectivos credores.

4.3 Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Compreende os valores retidos na fonte sobre rendimentos pagos, nos termos da legislação tributária federal, representando obrigação de repasse à União.

4.4 RPPS – Retenções sobre Vencimentos

Quando aplicável, representam contribuições vinculadas ao regime próprio de previdência, observando a legislação específica.

4.5 Outras Consignações e Depósitos

Incluem valores de menor materialidade, como pensão alimentícia, planos de assistência médica e retenções de entidades representativas, todos devidamente autorizados e registrados.

5. Dinâmica da Movimentação Financeira

A análise da movimentação demonstra que:

- O volume de inscrições (R\$ 588.761,60) reflete a totalidade das retenções realizadas no exercício;
- As baixas (R\$ 577.164,52) indicam que a grande maioria das obrigações foi tempestivamente quitada;
- O saldo remanescente (R\$ 81.213,11) decorre, essencialmente, de obrigações cujo vencimento ocorre no exercício subsequente, não caracterizando inadimplência ou irregularidade.

Verifica-se, portanto, equilíbrio entre entradas e saídas, evidenciando controle eficiente das obrigações de curto prazo.

6. Avaliação da Gestão e Conformidade

Sob o ponto de vista da gestão fiscal e contábil, destacam-se os seguintes aspectos:

- Observância aos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade fiscal;
- Regularidade no processamento das consignações, com adequada segregação entre recursos próprios e de terceiros;
- Ausência de indícios de retenção indevida ou desvio de finalidade;
- Compatibilidade entre os registros contábeis e a execução financeira.

Adicionalmente, ressalta-se que os valores registrados como dívida fluante não impactam diretamente o resultado orçamentário, por se tratarem de ingressos e dispêndios de natureza extraorçamentária.

7. Aspectos Interpretativos e Evolução do Saldo

O acréscimo do saldo final em relação ao saldo inicial (de R\$ 69.616,03 para R\$ 81.213,11) deve ser interpretado dentro da normalidade operacional, sendo influenciado por:

- Cronograma de repasses ao final do exercício;
- Datas de fechamento da folha de pagamento;
- Obrigações com vencimento no exercício subsequente.

Tal variação não indica desequilíbrio financeiro, mas sim efeito temporal da execução administrativa.

8. Controle Interno e Procedimentos Adotados

A Câmara Municipal mantém rotinas de controle interno voltadas ao acompanhamento das consignações, incluindo:

- Conferência mensal das retenções e repasses;
- Conciliação contábil das contas de passivo circulante;
- Monitoramento dos prazos legais de recolhimento;
- Registro tempestivo das obrigações no sistema contábil.

Esses procedimentos contribuem para a fidedignidade das informações apresentadas e para a mitigação de riscos fiscais.

9. Conclusão Técnica

Diante da análise do Demonstrativo da Dívida Flutuante, conclui-se que a Câmara Municipal de Angelim apresentou, no exercício de 2025, gestão regular, controlada e transparente das obrigações de curto prazo.

Os registros contábeis refletem adequadamente a movimentação financeira, em conformidade com os normativos legais e técnicos aplicáveis, evidenciando que:

- As consignações foram corretamente apropriadas e, em sua maioria, liquidadas no exercício;
- O saldo remanescente é compatível com a dinâmica administrativa e não representa passivo irregular;
- Há aderência às normas do MCASP, PCASP e NBC TSP, bem como às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Assim, o demonstrativo cumpre sua finalidade de evidenciar, com transparência e consistência, a situação das obrigações de curto prazo da entidade.